



## AVISO

### **Procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Equipamentos**

1 — **Nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro**, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 64/2011, de 22 de Dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 03 de Setembro, aplicável à administração local por força do n.º 1 da Lei n.º 49/2012 de 29 de Agosto, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e de harmonia com o Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Peso da Régua, publicado por despacho n.º 792/2013, no Diário da República 2.ª Série, n.º 9 de 14 de Janeiro de 2013, **torna-se publico** que por despacho do Presidente da Câmara de 16 de março de 2015 e deliberações da Câmara e Assembleia Municipal de 17 de Setembro de 2015 e 29 de Setembro de 2015, respetivamente, foi autorizada a abertura de procedimento concursal para Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e equipamento, DDSE, (cargo de direcção intermédia de 2.º grau), pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia da publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público.

2- Forma de provimento - Nomeação em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo.

3 — Área de atuação — Traduz-se no exercício das competências definidas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e ainda no âmbito das competências previstas para a DDSE estrutura e funcionamento desta edilidade, publicitado na 2.ª série, n.º 9 do Diário da República em 14/01/2013, sem prejuízo de outras competências que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e eventualmente as competências que lhe forem delegadas nos termos da Lei.

4 — Área de recrutamento: a prevista nos n.ºs 1 e 3 do art.º 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, por remissão do art.º 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto ou seja, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público constituída por tempo indeterminado, licenciados, e que reúnam até ao termo do prazo para aceitação de candidaturas quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

5 — Perfil exigido:

- a) Comprovados conhecimentos técnicos na área de actuação do cargo de direcção em causa nomeadamente na implementação de políticas de educação, sociais, juventude, desporto, saúde, turísticas e culturais em geral;
- b) Comprovada experiência em coordenação de equipas de trabalho na área de actuação em causa;
- c) Formação profissional adequada;
- d) Capacidade de definição de objectivos de actuação, de acordo com os objectivos gerais estabelecidos;

e) Capacidade de planeamento, coordenação, liderança, iniciativa e gestão de recursos humanos colocados à disposição da respectiva unidade orgânica e articulação com demais serviços.

## 6 — Métodos de selecção:

### 6.1-Avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

A avaliação curricular, destina -se a avaliar as aptidões dos candidatos para o exercício do cargo dirigente, na área para a qual o procedimento foi aberto, com base na análise do respectivo currículo, sendo ponderados os seguintes factores: Habilitações literárias, formação profissional e experiência profissional.

**Habilitação académica** – Ponderada de acordo com os seguintes itens :

Possuidores de Licenciatura:

Nota de final de curso de 10 a 13 valores – 10 Valores;

Nota de final de curso de 14 a 16 valores – 15 Valores;

Nota de final de curso igual ou superior a 17 valores – 18 Valores.

Possuidores de grau superior a Licenciatura - 20 Valores .

**Formação Profissional** – serão ponderadas as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, seminários, colóquios e outros, **cujo conteúdo funcional se insira na área do lugar a concurso**, com os seguintes factores de ponderação:

1- Aos candidatos que frequentaram de 1 a 4 acções de formação na área do cargo a concurso – 13 valores;

2 - Aos candidatos que frequentaram entre 5 a 9 acções de formação na área do cargo a concurso – 17 valores;

3- Aos candidatos que frequentaram 10 ou mais acções de formação na área do cargo a concurso – 20 valores;

**Experiência profissional** – Atender-se -à ao **desempenho de funções inerentes ao conteúdo funcional**, avaliadas pela sua duração, atendendo aos seguintes factores de ponderação:

Aos candidatos que tenham 6 anos de experiência profissional na área do cargo a concurso - 12 valores ;

Aos candidatos que tenham mais de 6 e até 13 anos de experiência profissional na área do cargo a concurso - 16 valores;

Aos candidatos que tenham mais de 13 anos de experiência profissional na área do cargo a concurso - 20 valores;

A determinação da avaliação curricular será efectuada através da aplicação da seguinte fórmula:  $AC = \frac{HA + FP + EP}{3}$

6.2-A entrevista profissional de selecção, destina -se a avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, por comparação com o perfil de exigências da função a desempenhar, sendo objecto de apreciação, de entre outros, a expressão e fluência verbais, sentido crítico, motivação e interesse pela função, capacidade de iniciativa, liderança e responsabilidade, e qualificação e perfil para o cargo.

## 7 — Formalização da candidatura

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, disponível na página electrónica da Câmara Municipal em [www.cm-pesoregua.pt](http://www.cm-pesoregua.pt) dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua , podendo ser entregue pessoalmente no sector de expediente e arquivo no horário das 9,00 horas às 12,30 horas e das 14,00 horas às 16,00 horas de 2ª a 6ª, ou remetido por correio , registado com aviso de receção, expedido até ao

termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas para Praça do Município, 327, 5054-003 Peso da Régua.

7.1- O requerimento deverá ser acompanhado, sob pena de a candidatura não ser considerada, dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
- b) Curriculum vitae, detalhado e devidamente datado e assinado, do qual deve constar, designadamente, a experiência profissional, funções / actividades e responsabilidades exercidas e o tempo correspondente, formação profissional, juntando o comprovativo das mesmas, sem o qual não serão consideradas;
- c) Documento comprovativo da posse das habilitações literárias exigidas;
- d) Declaração emitida pelo serviço a que o candidato se encontra vinculado, devidamente autenticada e atualizada, que caso não seja entregue determinará a exclusão do candidato e da qual conste de forma expressa e inequívoca, a natureza do vínculo, a carreira detida, o tempo de serviço na carreira/categoria e na função pública e o conteúdo funcional com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa;
- e) Documentos comprovativos dos elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito, nomeadamente dos demais requisitos exigidos para o respetivo provimento e a que se faz alusão no presente aviso.

Não será admitida a junção posterior de documentos que pudessem ter sido apresentados dentro do prazo previsto para a entrega das candidaturas.

7.2 – Os candidatos trabalhadores desta autarquia são dispensados da apresentação dos documentos a que alude o n.º anterior, desde que constem no processo individual.

8 — Constituição do júri:

Presidente — José Carlos Constantino Fernandes, Engenheiro Civil.

1º Vogal — José Daniel Meireles Almeida Lopes, Chefe da Divisão Administrativa Gestão de Pessoal

2º Vogal — Vítor Jorge Mota de Carvalho, Chefe da Divisão de Obras Públicas

9 — Tratando -se de um processo de selecção urgente e de interesse público que visa escolher um titular que melhor corresponda ao perfil pretendido, os candidatos serão notificados do resultado do concurso, não havendo lugar a audiência de interessados, conforme estabelece o n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

10 – Quota de emprego - Os candidatos com grau de incapacidade igual ou superior a 60 % abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 13 de Fevereiro, têm preferência em igualdade de classificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º daquele diploma legal, devendo os mesmos para efeitos de admissão ao concurso, declarar no requerimento, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como os meios de comunicação / expressão a utilizar no processo de selecção.

11 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — O presente aviso será publicitado em Órgão de Imprensa de Expansão Nacional (Jornal de Notícias), na 2.ª série do Diário da República, em local especialmente dedicado a concursos para cargos dirigentes, no site do Município ([www-cm-pesoregua.pt](http://www-cm-pesoregua.pt)) e na Bolsa de Emprego Público (BEP) durante 10 dias, conforme preceituado no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com

as alterações introduzidas pelas Leis n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, e n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Paços do Município de Peso da Régua, 7 de Outubro de 2015

O Presidente da Câmara

Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves